

Tradutores médicos e a ideia de tradução em Portugal em fins do século XVIII: o caso dos livros de medicina

Medical translators and the idea of translation in Portugal in the late eighteenth century: the case of books on medicine

Cláudio DeNipoti

Professor, Departamento de História/
Universidade Estadual de Ponta Grossa.
Avenida General Carlos Cavalcanti, 4748 – Campus de Uvaranas
84030-900 – Ponta Grossa – PR – Brasil

cnipoti@uepg.br

Recebido para publicação em abril de 2016
Aprovado para publicação em novembro de 2016.

<http://dx.doi.org/10.1590/S0104-59702017000500004>

DENIPOTI, Cláudio. Tradutores médicos e a ideia de tradução em Portugal em fins do século XVIII: o caso dos livros de medicina. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.24, n.4, out.-dez. 2017, p.913-931.

Resumo

O estudo demonstra como as traduções para a língua portuguesa influenciaram o mercado editorial, além de tentar compreender o estabelecimento da norma culta da língua portuguesa em fins do século XVIII. Fazendo um recorte temático sobre os textos de medicina, no universo de obras traduzidas, publicadas ou não, para o português no período 1770-1810, recorre aos paratextos dos tradutores – e, eventualmente, editores – dos livros médicos ou farmacêuticos, cruzando-os com as censuras dessas obras, feitas por médicos especialmente designados pelos órgãos de censura, ou por médicos/censores, a fim de buscar respostas, ainda que parciais, às perguntas sobre a circulação da palavra impressa, à difusão do conhecimento científico e aos debates relativos à definição da língua portuguesa.

Palavras-chave: tradução; medicina; século XVIII; história da palavra escrita; Império português.

Abstract

This study demonstrates how translations into Portuguese influenced the publishing market in the late eighteenth century and sheds light on the establishment of standard Portuguese. Focusing specifically on medical texts translated into Portuguese from published works or manuscripts between 1770 and 1810, the translators' – and occasionally the editors' – paratexts in the translated books on medicine and pharmacy are investigated and cross-referenced against reports written by the censors on the same works, themselves physicians appointed by the censorship bodies or physicians/censors, in a bid to seek out answers, however incomplete they may be, to questions about the circulation of the printed word, the spread of scientific knowledge, and the debates concerning the definition of the Portuguese language.

Keywords: translation; medicine; eighteenth century; history of the written word; Portuguese empire.

Em estudo sobre o conhecimento médico e o desenvolvimento das línguas vernáculas na monarquia austro-húngara do século XVIII, Teodora Sechel (2012, p.721-722) propõe a tese de que “o esforço para construir uma administração médica centralizada e uma rede de escolas médicas alimentou a iniciativa de garantir uma educação médica uniforme”. Como parte do empreendimento, foi criado um “programa” de incentivos à escrita e tradução de textos de medicina para as línguas vernáculas faladas naquela monarquia, destinado ao treinamento dos escalões mais baixos das práticas médicas: cirurgiões, parteiras e apotecários. Segundo a autora, no processo, os autores e tradutores precisaram “construir um vocabulário capaz de transmitir o significado científico” em vernáculo, fazendo que os autores e tradutores “emprestassem novas palavras ou importassem um vocabulário codificado da língua vernácula como era falada pelos camponeses” (p.722), assegurando assim a fixação do vernáculo como língua “nacional” (ou, nesse caso, multinacional, já que grupos étnicos distintos utilizavam o romeno, o húngaro ou o alemão para seus textos).

É possível traçar paralelos entre esse tipo de iniciativa e o que foi feito no Império português no mesmo período (a segunda metade do século XVIII)? Houve um programa oficial, ou programas, de “valorização” da língua portuguesa em detrimento do latim e do francês para textos científicos ou quaisquer outros tipos de textos? Ou tratou-se apenas do mesmo processo de expansão do vernáculo verificado em outras nações do período final do Iluminismo? E, nesse tocante, as traduções de fato contribuíram para a fixação do vernáculo entre a população, como Sechel (2012) afirma ter acontecido com os romenos? Faremos uma análise dessas questões, relacionando-as com trabalhos de tradução para a língua portuguesa no período de 1770 a 1810, fazendo um recorte adicional – para fins analíticos – nos livros médicos, de forma geral, e também um cruzamento com o que os censores portugueses disseram sobre tais traduções.

Não se trata certamente de comparar o incomparável, dadas as diferenças intrínsecas entre os dois impérios nesse período. Em Portugal e seus domínios, o sistema educacional construído após a expulsão dos jesuítas não teve de optar por vernáculos distintos, dada a supremacia da língua portuguesa como língua administrativa, jurídica e literária (Fonseca, 2011). Da mesma forma, apesar do papel centralizador da monarquia portuguesa, e das aplicações da legislação resultante dessa centralização nos contextos locais (Rodrigues, 2006), as concessões a grupos étnicos distintos foram praticamente inexistentes, ainda que se possa falar em negociações e concessões entre diferentes núcleos de poder.

Vale ressaltar, porém, que este estudo não procura analisar as alterações nos processos médicos e científicos do século XVIII em si, uma vez que outros historiadores já o fizeram com mais propriedade, como nos estudos de Laurinda Abreu (2010, 2013) sobre a organização e regulação das profissões médicas no Portugal moderno, e de Jean Luiz Neves Abreu (2011), em cujo trabalho são feitas classificações dos textos médicos do século XVIII, entre os tratados médicos, os manuais práticos e as traduções portuguesas de obras de medicina feitas em outras partes da Europa, visando analisar a produção do saber médico do período sobre “o corpo, a saúde e a doença”. Também não se perseguirão os desenvolvimentos nas diversas hierarquias no conhecimento médico do período, expressas nas diferenças entre médicos, cirurgiões, barbeiros etc., sobre o que também a historiografia especializada já se debruçou (Furtado, jul.-dez. 2005; Figueiredo, 2005).

O mesmo pode ser dito sobre uma historiografia das traduções para a língua portuguesa, que se consolidou em torno da ideia central de um incremento sensível no processo tradutório no período em foco, em detrimento da edição ou circulação em latim e francês. Essa historiografia específica mostra o incremento das edições traduzidas ou já escritas nos idiomas “pátrios”. No caso da língua portuguesa, podemos citar os estudos de Rodrigues (1992), Lisboa (1991) e Ramos (1986), entre outros. Segundo João Paulo Silvestre (2007), os séculos XVI e XVII não foram particularmente fecundos em traduções para o português em qualquer categoria editorial, havendo sim uma forte circulação, em Portugal, de obras em espanhol e latim (verificável nos catálogos das bibliotecas ou de impressores portugueses), mas “o espaço das traduções do francês é lentamente conquistado à medida que o século XVIII avança” (p.153). Rodrigues indica que a primeira metade do século XVIII viu surgirem 442 traduções publicadas em Portugal, contra 266 em todo o século anterior.

Difícilmente poderemos afirmar cabalmente que houve um programa oficial, ou programas, de valorização da língua portuguesa, exceto talvez pelas encomendas específicas de traduções, como foi o caso dos livros sobre feitiçaria traduzidos como parte dos embates com o pensamento jesuítico, mesmo depois da saída de Pombal do poder, ou o esforço editorial verificado no empreendimento da Tipografia do Arco do Cego (ver DeNipoti, Pereira, 2014; Curto et al., 1999). É possível, porém, verificar o incremento do uso da língua portuguesa nos escritos – nesse caso, de ciência – à medida que se avança para o fim do século XVIII.

Algumas pistas iniciais sobre a relevância das traduções – aqui, restringindo-nos à medicina – relacionam-se ao fato de as traduções complementarem a produção científica portuguesa, funcionando como um “mecanismo de circulação e transmissão de ideias” e como “agentes da inovação cultural e de prática comunicativa” (Costa, 2011, p.4). Era comum a prática de oferecer traduções anotadas, ou compilações de diversos opúsculos sobre um tema, que funcionavam como literatura de referência ao público especializado. Vemos isso na “Tábua bibliográfica, cronológico-médica portuguesa, século XVIII” (1815), que apresenta uma lista de 124 livros de medicina ou temas conexos, publicados em Portugal ou por autores portugueses durante o século, na qual se observa um visível crescimento do total de publicações nas duas décadas finais, após um declínio na metade do século. Essa fonte reproduz as impressas dos livros e fornece pistas sobre a importância que as traduções adquiriram, uma vez que informações referentes ao fato de a obra ser uma tradução ou não só aparecem a partir da década de 1770.

Tabela 1: Livros de medicina publicados em Portugal ou por autores portugueses no século XVIII

Ano	Traduções (indicativo na imprensa)	Total de publicações
1700 -1709		8
1710-1719		14
1720-1729		15
1730-1739		16
1740-1749		15
1750-1759		10

Tabela 1 (cont.): Livros de medicina publicados em Portugal ou por autores portugueses no século XVIII

Ano	Traduções (indicativo na imprensa)	Total de publicações
1760-1769		3
1770-1779	3	7
1780-1789	8	18
1790-1800	15	33
Total	26	124

Fonte: Tábua... (1815, p.166 e s.).

Do mesmo modo, uma análise dos idiomas e locais de publicação dos livros de medicina listados na *Tábua* mostra uma situação cambiante. Se, nas primeiras décadas do século, quase 1/3 das obras de medicina foi escrito em latim, e 20% delas foram publicadas em cidades fora do Reino (Roma, Verona, Amsterdã, Londres, Paris etc.), nas décadas finais, a língua portuguesa respondia por mais de 90% das obras listadas, e não há nenhuma referência a publicações fora de solo lusitano a partir de 1770.

Sobre as fontes

Para este estudo, que faz parte de um trabalho mais amplo, ainda em andamento, sobre a cultura escrita e seus agentes no Império português, o recorte sobre as traduções de livros médicos é adicional ainda à perspectiva de buscar as vozes dos tradutores e censores sobre o processo de disseminação de ideias e livros, no qual são agentes, conjuntamente com autores, editores e leitores. A perspectiva geral adotada é aquela exposta por Araújo (2003, p.9) de compreender “as mediações instauradas ao nível da cultura escrita, destacando, sempre que possível, o lugar e a função que os livros e demais produtos culturais ocuparam entre os gestos e objetos da vida social”. Assim, dentro do universo de traduções para o português realizadas no período, foram selecionadas as traduções de obras médicas (e algumas farmacêuticas) de modo genérico, e, com elas, os paratextos de seus tradutores (Genette, 2009), para ser estudadas em conjunção com os discursos dos censores da Real Mesa Censória sobre os livros de medicina.

Sobre o primeiro grupo documental, os prefácios, prólogos, prefações preliminares, discursos, dissertações, advertências prévias, notícias e avisos aos leitores incluídos nas obras traduzidas por seus tradutores, já foram objeto de estudos sistemáticos – incluído um dos corpos documentais aqui analisados: aquele das traduções organizadas no âmbito da Tipografia do Arco do Cego. Os estudos de Alessandra Ramos de Oliveira Harden (2011) sobre o frei José Mariano Veloso e Manoel Jacinto Nogueira da Gama, a partir dos paratextos incluídos nas traduções publicadas, são exemplares de estudos realizados tendo como fonte esse tipo de documento. Segundo ela, os “paratextos [dos tradutores do Arco do Cego] funcionaram como instrumentos para a aceitação dos princípios científicos iluministas, pois as ideias progressistas eram apresentadas aos leitores portugueses por discursos comprometidos com

as tradições do antigo regime português e com a retórica escolástica” (p.301). Essa autora também problematiza as fontes, apontando os limites que também se apresentam para o presente trabalho:

Há uma aparente contradição discursiva na relação entre paratexto e texto principal, já que textos prefaciais com alto grau de subjetividade são empregados para apresentar traduções de obras científicas fundamentadas nos princípios do Iluminismo. Os dois conjuntos de textos envolvidos nesse jogo, os paratextos dos tradutores, de um lado, e as obras traduzidas, de outro, foram redigidos de acordo com tradições textuais que se opõem. Enquanto os cientistas (ou filósofos naturalistas), autores dos textos originais, usavam a língua em conformidade com um paradigma de experimentalismo, racionalidade e objetividade característico do Iluminismo, os tradutores brasileiros escreviam seus textos seguindo um modelo de eloquência derivado da retórica escolástica, criticada pelos iluministas por sua dependência da chamada *auctoritas* e pelo uso de linguagem pomposa e ornamentada supostamente em detrimento da argumentação racional (Harden, 2011, p.307).

O segundo grupo documental já foi objeto de diversos estudos, desde os mais abrangentes, sobre a atuação complexa da censura em Portugal e no Brasil (Martins, 2005; Villalta, 1999; Abreu, 2008), até os que especificamente lidaram com as estratégias intelectuais dos censores e seus métodos de convencimento, persuasão e coerção (Araújo, 2014; Tavares, 1999). Nesses trabalhos percebe-se que as estratégias (e conivências) dos censores giravam em torno da manutenção dos princípios estabelecidos no regimento da Real Mesa Censória, de 1768, no qual verifica-se que o foco da censura foi principalmente o enraizamento “de uma teoria e uma prática absolutista providencialista”, agindo contra as teorias corporativas do poder, que “advogavam a soberania popular e [tinham como] principais defensores os jesuítas” (Villalta, 1999, p.203), e contra os milenarismos e as ideias ilustradas radicais. Tendo em vista, portanto, estes dois conjuntos discursivos – os paratextos dos tradutores e as censuras dessas traduções – podemos buscar algumas das respostas às questões colocadas.

Este estudo localizou 46 obras de medicina traduzidas para o português de originais franceses, ingleses e em latim, ou ainda a partir de traduções francesas, no período em foco. Esse número resultou de um levantamento amplo, ainda que não exaustivo, de obras publicadas ou apresentadas em manuscrito à censura. No conjunto de obras verificadas (cerca de trezentas traduções), esse total representa aproximadamente 15% das traduções para a língua portuguesa no período, colocando o tema geral da medicina, logo após os temas religiosos e obras literárias, como prioridade dos tradutores e editores.

Por que traduzir?

Posto isso, podemos começar a investigar os discursos sobre a tradução em torno de eixos instrumentais, cuja função é simultaneamente abrir o debate e suscitar novas questões. Primeiramente, por que traduzir? Essa questão coloca o problema da disseminação do conhecimento – particularmente os novos conhecimentos científicos do século XVIII – no centro do debate, uma vez que o uso do vernáculo nacional em detrimento do acesso às obras originais era cada vez mais frequente na divulgação científica. Saber, portanto, o que

impulsionava os tradutores a agir significa buscar o centro do debate sobre as Luzes, aquele do Estado agindo de forma pedagógica (Boto, 1998). Cumpre também notar que diversas das traduções aqui mencionadas surgiram com objetivos muito precisos de reformar o campo da saúde pública em Portugal, entre 1780 e 1805 (Abreu, 2013). Em um primeiro esboço feito exclusivamente sobre os paratextos dos tradutores (de todos os assuntos) quanto aos motivos que os impulsionaram, constatou-se que esse esforço era realizado fundamentalmente em nome de uma certa “utilidade” das traduções, que permeia as justificativas dos tradutores para a execução de seu trabalho.

Assim, por exemplo, o tradutor anônimo do primeiro volume da *Miscelânea curiosa e proveitosa* (1782, prefácio) afirmou ter levado a tradução a cabo para “promover, de todo modo que posso, tudo quanto puder concorrer para o desabuso, aumento, e perfeição desta Nação”, o que contribuiria para a utilidade da pátria. De modo semelhante, João Rosado de Villalobos e Vasconcelos, professor de retórica em Évora e profícuo tradutor e autor ao longo da década de 1780, traduziu os *Elementos da polícia geral de um Estado* (1786, dedicatória) (que dedicou, convenientemente, ao poderoso intendente geral de polícia, Diogo Ignacio de Pina Manique), afirmando fazer a tradução “em benefício da utilidade, e honra da Pátria, e propagando-se as luzes por todas as partes” com o intuito de deixar tais conhecimentos fermentarem e produzirem, “por muitos modos, e meios a felicidade pública de um Estado”.

A segunda ordem de motivações e justificativas está no cerne da história da palavra impressa: a notoriedade de determinadas obras. Tal notoriedade tem demandas típicas das interconexões complexas que se estabelecem entre os diversos agentes do processo de criação, publicação e circulação de livros e, conseqüentemente, ideias (Darnton, 2007) e ficam expressas nos textos dos tradutores – eles mesmos agentes no circuito de comunicação que se persegue ao estudar o livro e a palavra impressa no passado. Foi por causa dessa notoriedade que Gaspar Pinheiro da Câmara Manuel, brasileiro que assinou sua tradução como “Um homem do mar”, decidiu-se por traduzir o *Elogio de Renato Duguay Trouin* (Thomaz, 1774). Na sua “Advertência proemial”, disse que “[a] estimação, que na Europa tem logrado os Elogios do célebre Thomaz, me excitou a traduzir um deles no idioma da minha Pátria, parecendo-me que na língua Portuguesa não ficaria menos pomposo” (prefácio). A mesma lógica, em conjunção com a ideia de utilidade, aparece no prefácio que José Amaro da Silva fez para sua tradução de *A morte de Abel* (Gessner, 1785, prefácio):

E vendo eu a boa opinião que estas duas Nações [Alemanha e França] tão eruditas tinham feito dele, encantado não só do estilo, mas também da matéria, me resolvi a traduzi-lo também na nossa Língua Portuguesa pela utilidade que julgo de sua leitura a todas as pessoas curiosas de semelhantes obras; e suposto que a língua, ou o idioma Francês se veja hoje tão estendido e conhecido em quase todas as partes do mundo, não é contudo bastante comum, para que todos se possam facilmente aproveitar dele, principalmente aqueles, que se não tem versado em Letras, para os quais se encaminha mais a minha intenção.

A terceira série de justificativas é relativa aos princípios clientelistas de organização do Antigo Regime português. Convém lembrarmos que a sociedade portuguesa do período em foco sofria influências da Ilustração de formas diversas, em especial nas camadas que

circulavam em espaços de sociabilidade científica criados a partir dessas influências: a Academia Real de Ciências, a Academia dos Guardas-Marinha, a Universidade de Coimbra depois de sua reforma (Pereira, Cruz, 2009) etc. Ao mesmo tempo, essa sociedade mantinha estruturas sociais, políticas e culturais típicas do Antigo Regime. Isso criava um território particular no qual “clientes” se esforçavam por oferecer dádivas, na forma de palavra impressa, recompensadas por mercês dos “patronos” (Mazlish, 2000) na forma de funções políticas, acadêmicas ou militares, o que fazia que a ciência, a literatura e as artes, não fossem “apenas impulsionadas pela voga europeia, pela difusão francesa das academias e pelo costume aristocrático de cultivar as letras e a história natural. A ciência tornou-se instrumento estatal para consolidar suas possessões, dinamizar o comércio entre o reino e o ultramar” (Raminelli, 2008, p.94). Essas afirmações podem ser expandidas para o ato de traduzir e de oferecer uma tradução ao monarca ou a algum outro nobre.

O já citado Villalobos e Vasconcelos demonstrou essas relações na dedicatória ao frei José Mayne da tradução de *Os costumes dos israelitas* (Fleury, 1778, dedicatória):

Vossa Senhoria mo entregou, e logo protestei fazer a tradução para glória, honra e utilidade da minha Pátria, muito particularmente para oferecer a Vossa Senhoria. Com efeito, tendo a honra de servir a minha Nação a tenho também de oferecer a Vossa Senhoria a Tradução do Ilustre Fleury para servir de um documento público da minha obediência e fidelidade às insinuações de V. Senhoria.

Traduções de medicina

Que respostas podemos obter se colocarmos agora às fontes a pergunta “por que traduzir obras de medicina? ”Deve-se levar em conta que Portugal viveu no período mudanças nas dinâmicas políticas relativas ao campo da saúde pública, provavelmente seguindo as ideias de António Ribeiro Sanches, “exponente privilegiado do movimento iluminista português, teórico de tratados de Medicina e Educação ... considerado muitas vezes o suporte teórico das reformas pombalinas” (Boto, 1998, p.108). Para aquele autor, a esfera médica deveria estar sob a égide do Estado, e o tema “vem sempre a reboque de sua preocupação matricial, e que ele chamará de conservação da saúde dos povos” (p.112; ver também Araújo, 2014, p.267; Abreu, 2013). Junto a Sanchez, outros escritores empenhados na difusão do conhecimento científico moderno relacionado à medicina e precursores dos trabalhos dos tradutores aqui enfocados foram José Rodrigues Abreu, Jacob de Castro Sarmiento, Luís António Verney e Teodoro de Almeida, que escreveu sobre anatomia no volume 4 da *Recreação filosófica*. (Abreu, 2011, p.32-38). Diversos tradutores de medicina seguiram os preceitos estabelecidos por esses intelectuais, buscando enfatizar a “dimensão divulgadora” dos trabalhos médicos que cumpriam o requisito de ser “úteis” (Pita, 2009).

De modo geral, os três eixos de justificações analisados se mantêm para os tradutores de livros de medicina, encontrando eco nos pareceres dos censors. A notoriedade da obra era um importante fator de legitimação do esforço tradutório. Por exemplo, o tradutor do *Tratado das operações de cirurgia* (Sharp, 1773) afirmou que a única prova necessária do grande serviço que ele fez “à Cirurgia Portuguesa na Tradução desta obra” eram as justificativas feitas por um médico de Paris, de cujas palavras ele se apropriou em seu prefácio: “que havendo o

Tratado das Operações de Cirurgia de Mr. Sharp encontrado uma tão universal estimação em Inglaterra, que em tão poucos anos se fizeram três impressões da mesma Obra, lhe pareceu que fazia serviço ao público ... em traduzi-la na sua língua [francesa]” (prefácio). A fama da obra entre os médicos portugueses também era enfatizada, como na tradução que Henriques de Paiva, profícuo tradutor, escritor e censor, fez do *Aviso ao povo acerca da sua saúde* (Tissot, 1786, p.XXIX):

O Merecimento do Aviso ao povo de Mr. Tissot, cuja tradução ofereço ao público, é tão conhecido, que julgo supérfluo demorar-me em o mostrar, e ainda quando houvesse alguém, que duvidasse dele, bastava para ficar convencido olhar não só para as repetidas edições, que em pouco tempo se fizeram desta Obra, e para as elegantes traduções feitas em quase todas as línguas, mas sobretudo, para os sábios tradutores que Mr. Tissot teve a sorte de ter.

O editor Francisco Rolland contribuiu para esse campo de justificações ao prefaciá-la a *Medicina doméstica ou Tratado completo dos meios de conservar a saúde* (Buchan, 1788), traduzido por Francisco Pujol de Padrell. Rolland afirmava que a obra era tão estimada em função de seu objetivo que “sete vezes tem sido impressa em Inglaterra, e as nações cultas da Europa a trasladaram em sua linguagem, e reiteradas vezes a tem dado a luz com universal aceitação, e utilidade pública” (Buchan, 1788, prólogo do editor). Em sua censura da tradução do “tratado das febres”, do médico escocês Willian Cullen, cuja edição não nos foi possível localizar, e do *Tratado da influência da lua nas febres* (Belfor, 1790), Paiva aprovou as obras por terem “sido bem recebidas em toda a Europa” (Paiva, 12 fev. 1789), reforçando a ideia de que demandas editoriais, baseadas em conhecimento prévio de obras, eram uma das bases do esforço tradutório também no tocante às obras de medicina.

Nessa perspectiva, a justificação de uma tradução pela utilidade que poderia ter também é recorrente nos prefácios e censuras dos livros de medicina. Assim, o médico irlandês Galter Wade censurou as *Breves instruções sobre os partos* (Raulin, 1772), decidindo que “como o livro pode servir de grande utilidade nas Províncias e a tradução parece fiel, julgo que merece ser imprimido” (Wade, 23 set. 1772). Paiva (aqui no papel de tradutor) introduziu sua versão da *Doutrina das enfermidades venéreas* (Plenck, 1786a, prefação do tradutor) em termos dos benefícios para o Estado que o combate ao mal gálico trazia em si, ou seja, a preservação de muitos “vassallos quase sempre na flor da idade, [que] quando menos os decepa, e inabilita para as ações mais importantes”. Henrique Xavier Baeta apresentou sua tradução do *Resumo do sistema de medicina* (Darwin, 1806, prólogo) para “facilitar o conhecimento da Filosofia Médica, tão pouco entendida antes da publicação do sistema de Darwin” aos médicos e cirurgiões portugueses que não dominavam a língua inglesa, e para “ao mesmo tempo instruir os outros homens, tanto quanto é necessário para que eles evitem certas causas de moléstias, e possam mais acertadamente fazer a escolha de um Médico capaz de dirigir sua saúde” e o *Vade mecum*, que Rolland publicou em 1804, trazia a seguinte “advertência”:

Este pequeno Compêndio, aprovado já por um célebre Prático, pareceu-me digno de chegar à notícia dos Médicos Franceses, (e também Portugueses). A concisão, com que o Autor anônimo tratou as principais máximas da Medicina Prática, o faz digno de recomendar-se aos que ocupados em cuidar de um grande número de doentes, não tem vagar para buscá-las em Obras volumosas (Vade mecum..., 1804, advertência do editor).

Além da utilidade ou notoriedade das obras, apregoada por esses agentes, havia questões relacionadas ao estatuto social do Antigo Regime que justificavam as traduções. Do mesmo modo que a historiografia já consagrou uma prática pombalina relacionada à escrita e publicação de livros com objetivos de Estado, como foi o caso da *Relação abreviada* ou dos *Estatutos* da Universidade de Coimbra reformada (Pereira, Cruz, 2009), diversas figuras de poder ao longo do fim do século XVIII costumeiramente incluíam a escrita ou tradução como ações encomendadas. Esse certamente era o caso do intendente geral de polícia da Corte, Diogo Ignacio de Pina Manique, que encomendou a Paiva um “tratado completo d’Asfixia ou morte aparente, das suas causas, e dos meios de a remediar” que o médico se esforçou por ampliar, com a tradução do *Método de restituir a vida às pessoas aparentemente mortas por afogamento ou sufocação* (Paiva, 1790, advertência), devidamente dedicado a Manique. Assim, o motivo da tradução foi atender “o pensamento àquele zeloso Magistrado à carência, que em nossa linguagem há de uma instrução fácil e breve, a qual em tais acontecimentos possa servir de guia a todas as pessoas ainda que não sejam da Faculdade Médica”.

O tradutor como antropólogo e pedagogo

O segundo eixo de compreensão diz respeito às idealizações das traduções feitas por alguns tradutores do *corpus* descrito e como eles pensavam qual devia ser sua atuação, buscando definir as características ideais de um tradutor ou de uma tradução. Abarcando um *corpus* mais amplo de traduções, Vasconcelos em sua “prefação” aos *Costumes dos cristãos* (Fleury, 1782, dedicatória), dizia que o tradutor deveria ter “um conhecimento exato das duas línguas o que não é vulgar em muitos tradutores: muita crítica, e um espírito filosófico para conhecer o gênio do Autor, ainda mesmo depois de inventar os pensamentos do Livro”. Além disso, ele dizia ser necessária uma “grande afeição ao Autor, que se traduz, uma grande paciência; e em fim, uma necessária humildade de coração, e total esquecimento do amor próprio” para não modificar “o método, os pensamentos e a frase do Livro” com imposições, acréscimos ou diminuições. Adicionalmente, era “preciso um grande conhecimento da matéria que se traduz, o que certamente não é fácil de unir em um só sujeito”.

Relativizando a definição de Vasconcelos, Miguel Brandão Ivo, no prefácio à sua tradução da *Arte da guerra*, de Frederico II (1792), escreveu:

Que importa que o Tradutor possua a fundo o conhecimento dos dois idiomas, que conheça a energia das suas frases, a graça, e a variedade da sua locução, senão possuir o raro talento de combinar o gênio, e carácter de duas línguas, em as quais se anunciam de diferente modo as ideias, e os conceitos, porque são diferentes os termos, diferentes as metáforas, e muitas vezes o que em uma é trivial, na outra é sublime? A maior dificuldade, quanto a mim, consiste em certos termos técnicos das Artes e das Ciências, que muitas vezes uma das línguas não tem, dos quais porém nasce a elegância em um idioma, e na tradução uma tibieza, que mata o original (prefácio).

Há aqui, em uma visão retrospectiva, a ideia do tradutor como antropólogo, que interpreta o texto em suas múltiplas facetas para uma cultura distinta, ao mesmo tempo que um literato. Antonio Martins Vidigal, ao traduzir a *Descrição das enfermidades dos exércitos* (Van Swieten, 1786, prólogo do tradutor), reafirmou essa ideia quando disse que “se um tradutor se revestir

de fidelidade, e simplicidade; se na sua tradução se deixarem ver todas aquelas precisas circunstâncias, que a podem inculcar por clara, e correta, se ele exprimir fielmente todos os pensamentos, e ainda as mesmas palavras do Original”, ele terá satisfeito suas obrigações. Oferecendo uma visão com menos concessão às diferenças culturais (ainda que provavelmente elaborada em período anterior, mas reproduzida nas diversas reedições da obra), o tradutor do *Retiro espiritual para um dia de cada mês* (Croiset, 1783, prólogo do tradutor) afirmava ter “[a]ssim assentando comigo, que quem traduz, é ... como um pintor, que se sujeita a copiar, o que tem feito tudo, quando chega a assemelhar a sua cópia ao objeto, que se propõe, e que não faz nada, quando faz tudo ao seu gosto”.

O que era, para esses tradutores, uma tradução perfeita? A resposta, naturalmente parcial, é contraditória à medida que cada tradutor se filiava a tradições próprias, a mais comum das quais – mas não a única – seguindo as *Observations sur l'art de traduire* (D'Alembert, 1763). Custódio José de Oliveira no prefácio de sua tradução do *Tratado do sublime* (Longino, 1771) acreditava em uma pedagogia da imitação que deveria permear a tradução dos “[e]scritores que nos podem servir de seguros Mestres, em cujas Obras um sólido engenho pode encher a sua alma das virtudes” a ser imitadas pelo tradutor, “transportando-se a fazer própria na sua língua a produção dos pensamentos, expressões, frase, e teor da obra estranha” que devem conter as mesmas qualidades de “naturalidade, força, viveza, graça, majestade, que se encontra na língua, que traduz” equilibrando uma fidelidade ao estilo original do autor traduzido, e uma independência relativa à língua pátria, uma vez que o tradutor deveria evitar a ordem original do texto “o que todavia mostra servidão, e esterilidade de gênio” (prefácio). Já Vasconcellos refutava um “método do tempo”, baseado em paráfrases e utilizando um estilo “alheio do Autor, da Obra, e do caráter da nossa Língua”, afirmando ter se esforçado para seguir o autor original “sem nunca alterar a frase, a figura, nem ainda a pontuação; e por conservar em tudo o seu mesmo estilo, o seu mesmo gênio, e o seu próprio caráter” sem galicismos, palavras “sesquipedálias ou estrepitosas”.¹ Segundo ele, “quanto seja custoso este método de traduzir, que entendo ser o melhor, só o podem conhecer aqueles, que tem tomado este exercício” (Fleury, 1782, prefação do tradutor).

Embora forneçam ideias vagas sobre as exigências impostas aos tradutores, os paratextos deixam entrever embates que acompanham a história da tradução – fidelidade ao original ou adequação ao “espírito” da língua; adoção de termos estrangeiros (galicismos, anglicismos, tecnicismos) ou adaptação de termos conhecidos na língua traduzida; paráfrase, versão ou tradução literal. Para contrabalançar essa variedade de ideias, vejamos o que os censores tinham a dizer sobre o tema.

Frei Mathias da Conceição (19 ago. 1776) na censura que fez da tradução do capitão Manoel de Sousa, de *História de Theodozio, o Grande* (Fléchier, 1786), lida por ele em 1776, escreveu que, nessa tradução, embora completa, ao tradutor faltou “aquela força, aquele espírito, ou aquela elegância, que no próprio original lhe deu o seu Autor”. Segundo esse censor, faltava também ao tradutor um conhecimento da “elegância própria e natural da língua Portuguesa”. Conceição, alguns meses depois, censurou também uma tradução dos “sermões, que em Francês pregou e imprimiu o Abade Comandatário de la Fourdupin” nos mesmos termos:

não porque lhe falte alguma parte substancial; mas sim porque lhe falta aquele espírito, aquela força e aquela unção que no original lhe deu o seu Autor, e que o tradutor poderia m[ui]to bem verter no nosso idioma, se fora perfeitamente instruído nas eloquências do púlpito, e na elucução própria e natural da Língua Portuguesa, que de tudo é capaz (Conceição, 20 abr. 1777).

Frei Luis do Monte Carmelo (15 abr. 1779), ao censurar a tradução que José da Silveira Lara fizera do livro de Dupuy de la Chapelle (1784), *Instruções de um pai a sua filha*, seguiu os mesmos preceitos ao afirmar que o tradutor foi fiel “no que pertence aos conceitos, ainda que não seguiu em tudo o sentido Literal; porque muitos Galicismos não se podem reduzir Literalmente às nossas Frases”. Um último exemplo do que os censores consideravam uma boa tradução pode ser visto na censura da tradução do *Paraíso perdido* (Milton, 1789):

Esta é a obra que aqui se apresenta traduzida em Português, com bastante fidelidade e exação, que não deixará de ser bem aceita, útil e agradável a que[m] não tiver inteligência da língua Francesa em que se acha traduzida, ou da Tradução em verso Latino, de Guilherme Hog, escocês. Os Leitores de bom gosto terão certamente a vantagem de entender um Poema que encerra no seu Plano as mais vivas imagens e belezas da Poesia (Cunha, 5 maio 1787).

Aqui é necessário fazermos uma consideração sobre a diferente natureza das fontes, pois os paratextos editoriais, submetidos junto às traduções à análise dos censores, são acessíveis principalmente em obras que foram devidamente revisadas para ser publicadas, ao passo que muitas das censuras em que as traduções são consideradas ruins jamais ganharam o aval oficial para ser impressas. Nota-se, contudo, que enquanto os tradutores imaginavam oferecer trabalhos bem-acabados, nos seus limites intelectuais, que poderiam – ou deveriam – colaborar para uma melhoria geral do estado da arte nos campos ou disciplinas em que as obras se inseriam, os censores, cujos textos deveriam permanecer secretos (Tavares, 2014), focavam uma norma gramatical culta, além de suas preocupações tradicionais com a lei, a fé e o rei. Isso fica patente no caso específico de Vasconcelos, cujas traduções despertavam reações distintas entre os censores. A censura de Lobo da Cunha da obra inédita e anônima, *Seis orações de ouro*, feita por Vasconcelos, é quase cartorial, ao dizer que “[d]esempenha o Tradutor nesta obra as obrigações da sua Profissão, propondo o caráter do melhor orador, e os argumentos que formaram as orações mais eminentes da eloquência Romana” (Cunha, 21 out. 1777). Já o censor Francisco Xavier de Santana e Fonseca, censurando o *Plano de uma obra pia, geralmente útil no Reino de Portugal* (Ward, 1782), dizia de Vasconcelos que “não se esquece do louvor próprio lembrando-se frequentemente do grande trabalho das suas composições, e inculcando o seu préstimo para esta e outras semelhantes matérias” (Fonseca, 19 abr. 1782). Mas, mesmo assim, decidiu-se por conceder a licença solicitada, “não se fazendo caso desta jactância” (Fonseca, 19 abr. 1782).

Tradutores médicos

Paiva censurou diversas traduções de textos médicos levando em conta a norma gramatical culta. A tradução do latim que Antonio Rodrigues Portugal fez do *Novo sistema de tumores* (Plenck, 1786b) foi censurada em termos da adulteração e depravação que o tradutor fizera do

original, faltando “á clareza, e discreta adoção de termos novos, que em obras tais se requer” (Paiva, 6 dez. 1784). Sobre a tradução dos *Elementos de medicina prática*, de Cullen (1791), o mesmo censor escreveu:

Assim que, para sujeitar-se qualquer idioma estrangeiro ao seu estilo lacônico, cumpriria ter-se além do perfeito conhecimento da linguagem deste escritor, o dos vocábulos equivalentes da [ileg.] e da discreta adoção dos termos facultativos e didáticos, e sobretudo possuir-se, e entender-se completamente a sua doutrina, afim de exprimi-la com igual clareza, e representar o referido estilo com a mesma concisão.

Porém este tradutor em vez de satisfazer aos ponderosos requisitos acima lembrados, falta às condições que se requerem em traduções de Obras elementares [ileg.] ora adotando muitos termos escusados, havendo aliás outros, que bem lhes correspondem, ora Legitimando alguns Latinos e Franceses sem neles observar a desinência, nem o caráter geral das alterações ou modificações analógicas, com que os nossos bons autores aportuguesaram outras expressões de que ele pudera usar: por isso, e pela falta de observância da colocação Português [sic] em que as vezes na a sua tradução, não é absolutamente leviano nem livre daquele ar bárbaro e horridamente pedantesco, que afeia os livros didáticos da faculdade, e da que justamente são enredados os Médicos em geral (Paiva, 25 fev. 1788).

Vale a pena dedicarmos atenção particular às opiniões e ideias de Paiva, por ser um nome recorrente em ambos os papéis de tradutor e censor, além de sócio da Academia de Ciências e das academias de medicina de Madrid e de Estocolmo, professor em Coimbra e Lisboa (exilado para o Brasil em 1808, por acusações de maçonaria e jacobinismo) (Silva, 1862, p.12-18). Teve sua atuação editorial e profissional caracterizada por uma “marca divulgadora da ciência, e muito em particular da medicina”, que o levaria a redigir e publicar, em 1801, o *Preservativo das bexigas*, primeiro livro a defender e divulgar em Portugal o método de vacinação de Jenner (Pita, 2009, p.94-98). Embora seus prefácios não contribuam para sabermos o que considerava ser uma boa tradução, no *Aviso* de Tissot (1786), ele aproveitou para destacar que sua tradução era superior àquela “tradução Portuguesa que corre já impressa, cheia de infinitos erros” (p.XXIX). Ao censurar os tomos seguintes dos *Elementos de medicina prática*, de Cullen (1791), insistiu na má qualidade da tradução, que tinha “as mesmas falhas e erro, que acerca do primeiro tomo da mesma obra expus a V. Majestade em Informação de 26 de fevereiro passado, e por isso não a julgo digna de Licença” (Paiva, 12 abr. 1788). Na função de tradutor, Paiva também sofreu censura, em 1788, dessa feita pelo médico Manoel de Moraes Soares, censor bastante ativo, que em 1760 já publicara um estudo que “propunha ... a conciliação entre o mecanicismo e os princípios da criação” (Abreu, 2011, p.66) e que, por sua vez, traduziu e publicou as *Fábulas de Fedro* (1785). Soares (3 ago. 1788) afirmou que o terceiro tomo da *Medicina doméstica*, de Buchan, traduzido por Paiva, “satisf[e]z todos os preceitos da boa Tradução”, e com isso podemos supor que ele se referia àquelas virtudes enunciadas por outros tradutores da época, como Vasconcelos posteriormente. Um desses preceitos parece ter sido a ideia de fidelidade da tradução para com o texto original. Mesmo aceitando a necessidade de transposição linguística, tradutores e censores enfatizavam a importância de a tradução ser fiel. Esse foi o caso da tradução de Paiva da obra de Tissot (1786), na qual o tradutor confessa que “a ... tradução não é elegante, [ileg.] assaz polida, mas é fiel, e em estilo

acomodado à capacidade daqueles a quem a dirijo” (p.XXIX). Do mesmo modo, o tradutor anônimo da *Arte de tratar a si mesmo nas enfermidades venéreas* afirmou:

Não tenho que dizer da Tradução, ela foi feita com fidelidade, que é o que se requer mais nas obras de Medicina; não desprezei as demais qualidades que esta devia ter para ser boa, porém se com tudo lhe faltarem alguns acidentes, minha boa intenção me servirá de desculpa, e a humanidade pública nunca deixará de ser servida (Bourru, 1777, p.XXXVIII).

Os censores, por sua vez, também valorizavam a fidelidade acima de outras virtudes nas traduções. Gualter Wade (23 set. 1772) prezava essa qualidade nas *Breves instruções sobre os partos*, de Raulin (1772), “por ser o original excelente e a tradução fiel e exata”. Antonio Martins Vidigal (5 fev. 1787), tradutor da obra de Van Swieten, também atuou como censor das traduções das obras de José Plenck (1786a, 1786b), elogiando-as por terem sido feitas de forma “tão fielmente [ileg.] sobre os originais destas excelentes obras, como são necessárias as composições e traduções e as [ileg.] aos cirurgiões de Portugal, na falta que padecem de autores nacionais que os possam instruir, com método nas matérias da sua profissão”. O onipresente Paiva (19 dez. 1789) recomendou a licença de impressão para a “fiel e literal tradução dos *Elementos de Fisiologia* do Dr. Guilherme Cullen e dos de Medicina do Dr. Francisco Stone”, e atacou a tradução dos *Elementos de farmácia*, de Baumé, por ser:

como é, infiel e adulterada com infinitos vocábulos bárbaros que depravam o sentido do original, se ao menos ele nas receitas guardasse a exação e fidelidade que se requer em obras deste toque, e aos nomes franceses dos remédios, pusesse os Portugueses [ileg]. E porém nestas obras as faltas desses [?] poderosos requisitos, e o pouco escrúpulo, são sempre faltas e perniciosas ao Psão sempre falte não merecer a Licença que pede (Paiva, 27 set. 1790).

Sobre a mesma tradução, em 1788 (o que nos leva a deduzir que os textos iam e voltavam da censura para ser corrigidos), Domingues de Paiva (25 fev. 1788), ao aprovar a obra, escreveu em sua censura que “é verdade que encontrei na sua Lição muitos termos alheios e impróprios da Língua Portuguesa”. Paiva, como seus colegas médicos censores, era bastante cioso sobre as traduções que analisava, apontando aquilo que percebia como defeitos e erros. Sobre a tradução de Plenck, do *Novo sistema de tumores*, três anos antes de Vidigal recomendar a tradução, Paiva havia acusado o tradutor de “adulterar e depravar em muitos lugares o sentido do original”, de faltar à clareza, de apresentar “discreta adopção de termos novos” e de ter uma confusão de estilo que privaria os leitores a quem era destinada, mesmo que a tradução tivesse tido a aprovação da Faculdade de Medicina de Coimbra (Soares, 24 out. 1788). Vimos como Paiva (25 fev. 1788) delineou o papel do tradutor na sua censura dos *Elementos de medicina prática* (Cullen, 1791), mencionada acima.

Os temas recorrentes dos francesismos e barbarismos são uma indicação clara da fonte de informação para os médicos portugueses. As obras escritas ou traduzidas em francês são, em geral, as matrizes dos livros traduzidos – frequentemente sem a habilidade preconizada por Paiva, que faz eco às críticas de Vasconcelos já citadas. Soares também foi pouco condescendente com Pujol de Padrell na tradução da *Medicina doméstica* (Buchan, 1788), que segundo ele “est[ava] fielmente [concebida] e ... não difere em ponto algum substancial”,

mas que “[t]em alguns solecismos e barbarismos por mutação ou [ileg] de palavras de que me parecem indispensável dar conta a V. Majestade”, acompanhando a censura com uma tabela de erros e correções sugeridas, para que o tradutor revisasse seu trabalho (Soares, 10 jul. 1788). O mesmo censor critica a tradução que Antonio Felix Xavier de Paula fez do *Tratado da influência das luas nas febres* (Belfor, 1790) tanto em termos do conteúdo da obra (segundo ele, inadequado) quanto pela tradução propriamente dita: “E para que não aconteça que alguns dos nossos Nacionais menos illuminados cheguem a adotar cegamente estas prejudiciais quimeras, além do estilo, abstruso e ininteligível da Tradução, sou de voto que se não dê ao Público” (Soares, 30 jun. 1788).

Considerações finais

O que resulta da análise dos escritos dos editores e censores sobre as traduções é uma noção generalizada do que “deveria” ser uma tradução, sem que nenhum deles entrasse em mais detalhes do que foi visto nos exemplos citados aqui. De modo geral, a crítica mais estabelecida é a de importação de termos estrangeiros – quase sempre franceses – na composição das obras sobre medicina em língua portuguesa. Barbarismos, francesismos, latinismos ou arcaísmos são combatidos em favor de um vernáculo em busca de uma norma culta – moldada pelos debates internos da censura, em especial ao analisar e censurar gramáticas, ortografias e manuais de escrita (Carvalho, 2009; Leite, 2011; Moura, 2012).

As traduções, de fato, contribuíram para uma fixação do vernáculo – ao menos entre as elites ilustradas – em Portugal no século XVIII? Dificilmente essa questão será respondida só por essas fontes, mas nelas podemos verificar que os agentes em foco pensavam que isso pudesse acontecer, uma vez que aderiam e reforçavam ideias canônicas sobre o uso da língua portuguesa e as diferentes “virtudes” buscadas nos textos traduzidos.

Contudo, devemos também levar em consideração as relações entre a literatura em geral e os textos de medicina, uma vez que as discussões médicas do século XVIII serviram frequentemente de motivo literário, como foi, por exemplo, o caso dos debates sobre a varíola, discutidos em tratados especializados, mas também encontrados na obra de Rousseau e Sade (Wenger, 2014, p.327). Essas relações vão além do fornecimento de temas e assuntos ligados ao exercício da medicina ou à doença, tocando “a produção [e] a difusão dos saberes” (p.324). Em resumo, os debates médicos do século XVIII extrapolaram o âmbito exclusivamente médico, tendo sido transportados para a literatura, como consequência do processo de controle das representações identitárias que os médicos construíram de si, o que demanda dos historiadores uma “atenção renovada ... às formas, à retórica e aos gêneros de escrita médicos na construção dos saberes sobre a saúde e das relações destes saberes com outros” como a literatura e a própria história (p.325).

Aqui parece residir uma chave de entendimento para os textos médicos, e também científicos, do período em foco. Os pontos de encontro entre as áreas de conhecimento eram muito mais fluidos entre si. No momento da reafirmação da linguagem científica, a literatura parece fornecer as bases identitárias, o que certamente explica a demanda pelo uso “nacional” nas traduções para o português, junto às condenações aos “estrangeirismos”, francesismos etc. Deve-se também compreender os rigores impostos pelos agentes da palavra impressa em

análise aqui. Tradutores e censores médicos, ao buscar estabelecer e cumprir as regras de uma “boa tradução”, estabelecem, simultaneamente, regras para a escrita e para a ciência médica.

Também é importante considerar que os livros médicos traduzidos ou publicados no período foram parte de um esforço mais amplo, ligado a uma espécie de “salubrismo Iluminista” lusitano, visível em obras como os aquedutos de Lisboa e do Rio de Janeiro e a drenagem de mangues e pântanos no Brasil e na Índia para “construir capitais ou recuperar cidades” (Pereira, 2005, p.126). Trata-se, portanto, de uma literatura que visava à “conservação da saúde e o prolongamento da vida natural”, ao mesmo tempo em que propagava regras comportamentais e de civilidade (Barreiro, 2014, p.67). As obras traduzidas, junto a livros escritos por esses mesmos tradutores, censores e outros médicos (e que a historiografia especializada explora) tinham por objetivo primordial a popularização de ideias médicas, e por objetivo secundário, a instrução dos agentes políticos e médicos do período. Por dedução, imaginamos que a popularização da medicina utilizando uma linguagem “nacional” teve, como consequência lógica, a solidificação dos usos vernaculares pregados por censores e tradutores.

As traduções e seus paratextos e epítextos fazem parte de um *corpus* documental de suma importância e riqueza para a compreensão do impulso pedagógico por trás do esforço editorial que representam (Barreiro, 2014, p.52-75). Os tradutores, por sua vez, estão integrados em redes diacrônicas, envolvendo processos políticos de criação e mudança no campo da saúde pública. Ao mesmo tempo, fazem parte de redes sincrônicas de sociabilidade científica, atuando também como autores de moto-próprio ou como censores das traduções e obras a ser oferecidas ao público.

Lembramos ainda que embora alguns projetos que envolveram a medicina de forma indireta tenham sido levados a cabo a partir de centros de poder – de matriz pombalina ou posteriores (Abreu, 2010) –, não se pode falar em projetos de fixação de uma regra culta do vernáculo. Pode-se, porém, verificar os significados e definições que essa regra assume na ação censória e nos diversos esforços de tradução e publicação realizados no período. É neste complexo jogo entre projetos, esforços, censuras e recompensas, em que a tradução assume a mesma função do feito heroico ou da descoberta científica (Raminelli, 2008), que é possível perceber os agentes da palavra escrita em ação, assumindo um papel fundamental na construção da Ilustração portuguesa da segunda metade do século XVIII.

NOTA

¹ Palavra contendo muitas sílabas. Literalmente, significa ter um pé e meio de comprimento.

REFERÊNCIAS

ABREU, Jean Luiz Neves.
Nos domínios do corpo: o saber médico luso-brasileiro no século XVIII. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz. 2011.

ABREU, Laurinda.
Pina Manique: um reformador no Portugal das Luzes. Lisboa: Gradiva. 2013.

ABREU, Laurinda.
A organização e regulação das profissões médicas no Portugal Moderno: entre as orientações da Coroa e os interesses privados. In: Cardoso, Adelino; Oliveira, António Braz de. *Arte médica e imagem do corpo: de Hipócrates ao final do século XVIII*. Lisboa: Biblioteca Nacional. p.97-122. 2010.

- ABREU, Márcia.
Trajatórias do romance: circulação, leitura e escrita nos séculos XVIII e XIX. São Paulo: Mercado de Letras. 2008.
- ARAÚJO, Ana Cristina.
Cultivar a razão, educar e civilizar os povos: a filosofia das Luzes no mundo português. *Revista de História Regional*, v.19, n.2, p.263-281. 2014.
- ARAÚJO, Ana Cristina.
A cultura das luzes em Portugal: temas e problemas. Lisboa: Horizonte. 2003.
- BARREIRO, Bruno.
Concepções do corpo no Portugal do século XVIII: sensibilidade, higiene e saúde pública. Dissertação (Mestrado em História, Filosofia e Patrimônio da Ciência e da Tecnologia) – Universidade Nova de Lisboa, Lisboa. 2014.
- BELFOR, Francisco.
Tratado da influência da lua nas febres. Tradução Antonio Felix Xavier de Paula. Lisboa: Régia Oficina Tipográfica. 1790.
- BOTO, Carlota.
O enciclopedismo de Ribeiro Sanches: pedagogia e medicina na confecção do Estado. *História da Educação*, v.2, n.4, p.107-117. 1998.
- BOURRU, Edme Claude.
Arte de tratar a si mesmo nas enfermidades venéreas. Coimbra: Real Oficina da Universidade. 1777.
- BUCHAN, Guilherme.
Medicina doméstica ou Tratado completo dos meios de conservar a saúde. Tradução Francisco Pujol de Padrell. Lisboa: Tipografia Rollandiana. 1788.
- CARMELO, Luis do Monte, frei.
Parecer. Série Real Mesa Censória. Caixa 11, documento número 21 (Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Lisboa). 15 abr. 1779.
- CARVALHO, Pedro Eduardo.
As normas do Rey e as normas do gramático na Real Mesa Censória Portuguesa em 1771. *Cadernos de História*, v.4, n.1, p.130-141. 2009.
- CONCEIÇÃO, Mathias da, frei.
Parecer. Série Real Mesa Censória. Caixa 10, documento número 38 (Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Lisboa). 20 abr. 1777.
- CONCEIÇÃO, Mathias da, frei.
Parecer. Série Real Mesa Censória. Caixa 9, documento número 8 (Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Lisboa). 19 ago. 1776.
- COSTA, Rui Manuel Pinto.
O método fácil e experimental, para curar a maligna enfermidade do cancro: um caso de literatura médico-cirúrgica portuguesa de meados do século XVIII. *Revista de Humanidades Médicas y Estudios Sociales de la Ciencia y la Tecnología*, v.3, n.2, p.1-38. 2011.
- CROISET, Jean.
Retiro espiritual para um dia de cada mês. Coimbra: Real Imprensa da Universidade. 1783.
- CULLEN, Guilherme.
Elementos de medicina prática. Lisboa: Tipografia Nuneliana. 1791.
- CUNHA, Antonio M. Lobo da.
Parecer. Série Real Mesa Censória. Caixa 14, documento número 12 (Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Lisboa). 5 maio 1787.
- CUNHA, Antonio M. Lobo da.
Parecer. Série Real Mesa Censória. Caixa 10, documento número 99 (Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Lisboa). 21 out. 1777.
- CURTO, Diogo Ramada et al.
A casa literária do Arco do Cego, 1799-1801. Lisboa: Imprensa Nacional; Casa da Moeda. 1999.
- D’ALEMBERT, Jean Le Rond.
Mélanges de littérature, d’histoire, et de philosophie. Amsterdam: Zacharie Chatelain. 1763.
- DARNTON, Robert.
“What is the history of books?” revisited. *Modern Intellectual History*, v.4, n.3, p.495-508. 2007.
- DARWIN, Erasmo.
Resumo do sistema de medicina. Tradução Henrique Xavier Baeta. Lisboa: Oficina de João Rodrigues Neves. 1806.
- DENIPOTI, Cláudio; PEREIRA, Magnus.
Feitiçaria e Iluminismo: traduções e estratégias editoriais em Portugal no século XVIII. *Maracanan*, v.10, n.10, p.48-63. 2014.
- ELEMENTOS...
Elementos da polícia geral de um Estado. Tradução João Rosado de Villalobos e Vasconcelos. Lisboa: Oficina Patriarcal de Francisco Luiz Ameno. 1786.
- FÁBULAS...
Fábulas de Fedro, escravo forro de Augusto Cesar. Tradução Manoel de Moraes Soares. Lisboa: Oficina Patriarcal de Francisco Luiz Ameno. 1785.
- FIGUEIREDO, Betânia.
Os manuais de medicina e a circulação do saber no século XIX: mediação entre o saber acadêmico e o saber popular. *Educar*, n.25, p.59-73. 2005.
- FLÉCHIER, Esprit.
História de Theodosio, o Grande. Tradução Manoel de Sousa. Lisboa: Tipografia Rollandiana. 1786.

- FLEURY, Claude.
Os costumes dos cristãos. Tradução João Rosado de Villalobos e Vasconcelos. Lisboa: Tipografia Rollandiana. 1782.
- FLEURY, Claude.
Os costumes dos israelitas. Tradução João Rosado de Villalobos e Vasconcelos. Lisboa: Tipografia Rollandiana. 1778.
- FONSECA, Thais Nivea (Org.).
As reformas pombalinas no Brasil. Belo Horizonte: Mazza; Fapemig. 2011.
- FONSECA, Francisco de Santa Anna, frei.
Parecer. Série Real Mesa Censória. Caixa 12, documento número 9 (Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Lisboa). 19 abr. 1782.
- FREDERICO II.
A arte da guerra. Tradução Miguel Brandão Ivo. Lisboa: Régia Oficina Tipográfica. 1792.
- FURTADO, Junia.
Barbeiros, cirurgiões e médicos na Minas colonial. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, v.41, p.88-105. jul-dez. 2005.
- GENETTE, Gerard.
Paratextos editoriais. Cotia: Ateliê Editorial. 2009.
- GESSNER, Salomão.
A morte de Abel. Tradução José Amaro da Silva. Lisboa: Oficina que foi de Antonio Alvarez Ribeiro Guimaraens. 1785.
- HARDEN, Alessandra.
Os tradutores da Casa do Arco do Cego e a ciência iluminista: a conciliação pelas palavras. *Trabalhos em Linguística Aplicada*, v.50, n.2, p.301-320. 2011.
- LA CHAPELLE, N. Dupuy.
Instruction d'un père à sa fille, tirée de l'écriture Sainte sur les plus importants sujets concernant la religion, les moeurs et la manière de se conduire dans le monde. Paris: Frères Etienne. 1784.
- LEITE, Marli Quadros
A construção da norma linguística na gramática do século XVIII. *Alfa*, v.55, n.2, p.665-684. 2011.
- LISBOA, João Luis.
Ciência e política: ler no Antigo Regime. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica. 1991.
- LONGINO, Dionysio.
Tratato do sublime. Tradução Custódio José de Oliveira. Lisboa: Régia Oficina Tipográfica. 1771.
- MARTINS, Maria Teresa.
A censura literária em Portugal nos séculos XVII e XVIII. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. 2005.
- MAZZLISH, Bruce.
Invisible ties: from patronage to networks. *Theory, Culture, Society*, v.17, n.2, p.1-19. 2000.
- MILTON, John.
O paraíso perdido. Tradução José Amaro da Silva. Lisboa: Tipografia Rollandiana. 1789.
- MISCELÂNEA...
Miscelânea curiosa e proveitosa, ou Compilação tirada das melhores obras das nações estrangeiras. Lisboa: Tipografia Rollandiana. 1782.
- MOURA, Teresa Maria Teixeira de.
As ideias linguísticas portuguesas do século XVIII. Vila Real: Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro. 2012.
- PAIVA, Manuel Joaquim Henriques de.
Preservativo das bexigas e dos seus terríveis estragos ou historia da origem e descobrimento da vacina. Lisboa: Oficina Patriarcal de João Procópio Correa da Silva. 1801.
- PAIVA, Manuel Joaquim Henriques de.
Método de restituir a vida às pessoas aparentemente mortas por afogamento ou sufocação. Lisboa: Tipografia Nunesiana. 1790.
- PAIVA, Manoel Joaquim Henriques de.
Parecer. Série Real Mesa Censória. Caixa 14, documento número 20 (Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Lisboa). 27 set. 1790.
- PAIVA, Manoel Joaquim Henriques de.
Parecer. Série Real Mesa Censória. Caixa 14, documento número 46 (Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Lisboa). 19 dez. 1789.
- PAIVA, Manoel Joaquim Henriques de.
Parecer. Série Real Mesa Censória. Caixa 14, documento número 5 (Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Lisboa). 12 fev. 1789.
- PAIVA, Manoel Joaquim Henrique de.
Parecer. Série Real Mesa Censória. Caixa 14, documento número 23 (Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Lisboa). 12 abr. 1788.
- PAIVA, Manoel Joaquim Henriques de.
Parecer. Série Real Mesa Censória. Caixa 14, documento número 8 (Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Lisboa). 25 fev. 1788.
- PAIVA, Manoel Joaquim Henriques de.
Parecer. Série Real Mesa Censória. Caixa 13, documento número 22 (Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Lisboa). 6 dez. 1784.
- PEREIRA, Magnus.
Alguns aspectos da questão sanitária das cidades de Portugal e suas colônias: dos saberes olfativos medievais à emergência de uma ciência da salubridade iluminista. *Topoi*, v.6, n.10, p.99-142. 2005.

- PEREIRA, Magnus; CRUZ, Ana Lúcia. Ciência e memória: aspectos da reforma da universidade de Coimbra de 1772. *Revista de História Regional*, v.14, n.1, p.7-48. 2009.
- PITA, João Rui. Manuel Joaquim Henriques de Paiva: um luso-brasileiro divulgador de ciência: o caso particular da vacinação contra a varíola. *Mneme*, v.10, n.26, p.91-102. 2009.
- PLENCK, Joze Jacob. *Doutrina das enfermidades venéreas*. Tradução Manoel Joaquim Henriques de Paiva. Lisboa: Oficina de Filipe da Silva e Azevedo. 1786a.
- PLENCK, Joze Jacob. *Novo sistema de tumores*. Tradução Antonio Rodrigues Portugal. Porto: Oficina de Antonio Alvaro Ribeiro. 1786b.
- RAMINELLI, Ronald. *Viagens ultramarinas: monarcas, vassalos e governo à distância*. São Paulo: Alameda. 2008.
- RAMOS, Luís A. de Oliveira. *Sob o signo das "Luzes"*. Lisboa: Imprensa Nacional; Casa da Moeda. 1986.
- RAULIN, Joseph. *Breves instruções sobre os partos*. Lisboa: Régia Oficina Tipográfica. 1772.
- RODRIGUES, Antonio Gonçalves. *A tradução em Portugal*. Lisboa: Imprensa Nacional; Casa da Moeda. 1992.
- RODRIGUES, José Damião. "Para o socego e tranquilidade publica das ilhas": fundamentos, ambição e limites das reformas pombalinas nos Açores. *Tempo*, v.11, n.21, p.157-183. 2006.
- SECHEL, Teodora Daniela. Medical knowledge and the improvement of vernacular languages in the Habsburg Monarchy: a case study from Transylvania (1770-1830). *Studies in History and Philosophy of Biological and Biomedical Sciences*, v.43, n.3, p.720-729. 2012.
- SHARP, Samuel. *Tratado das operações de cirurgia*. Lisboa: Oficina de Joseph de Aquino Bulhoens. 1773.
- SILVA, Innocencio Francisco da. *Dicionário bibliográfico português, t.6*. Lisboa: Imprensa Nacional. 1862.
- SILVESTRE, João Paulo. A tradução do discurso enciclopédico para a língua portuguesa. In: Verdelho, Telmo; Silvestre, João Paulo. *Dicionarística portuguesa: inventariação e estudo do património lexográfico*. Aveiro: Universidade de Aveiro. p.153-161. 2007.
- SOARES, Manoel de Moraes. Parecer. Série Real Mesa Censória. Caixa 14, documento número 57 (Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Lisboa). 24 out. 1788.
- SOARES, Manoel de Moraes. Parecer. Série Real Mesa Censória. Caixa 14, documento número 64 (Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Lisboa). 3 ago. 1788.
- SOARES, Manoel de Moraes. Parecer. Série Real Mesa Censória. Caixa 14, documento número 51 (Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Lisboa). 10 jul. 1788.
- SOARES, Manoel de Moraes. Parecer. Série Real Mesa Censória. Caixa 14, documento número 49 (Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Lisboa). 30 jun. 1788.
- SOARES, Manoel de Moraes. *Memorial crítico-médico, histórico-físico-mecânico*. Lisboa: Oficina de Luis Ameno. 1760.
- TÁBUA...
Tábua bibliográfica, cronológico-médica portuguesa, século XVIII. *Jornal de Coimbra*, v.8, parte 1, p.166 e s. 1815.
- TAVARES, Rui. *Le censeur éclairé* (Portugal, 1768-1777). Tese (Doutorado em História e Civilização) – École des Hautes Études en Sciences Sociales, Paris. 2014.
- TAVARES, Rui. Lembrar, esquecer, censurar. *Estudos Avançados*, v.13, n.37, p.125-154. 1999.
- THOMAZ, Antoine Léonard. *Elogio de Renato Duguay Trouin*. Tradução Gaspar Pinheiro da Câmara Manuel. Lisboa: Régia Oficina Tipográfica. 1774.
- TISSOT, Samuel Auguste. *Aviso ao povo acerca da sua saúde*. Tradução Manoel Joaquim Henriques de Paiva. Lisboa: Oficina de Filipe da Silva e Azevedo. 1786.
- VADE MECUM...
Vade mecum do médico ou Breve resumo de medicina prática. Lisboa: Tipografia Rollandiana. 1804.
- VAN SWIETEN, Gerard. *Descrição das enfermidades dos exércitos*. Tradução Antonio Martins Vidigal. Lisboa: Tipografia Rollandiana. 1786.
- VIDIGAL, Antonio Martins. Parecer. Série Real Mesa Censória. Caixa 14, documento número 4 (Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Lisboa). 5 fev. 1787.
- VILLALTA, Luiz Carlos. *Reformismo ilustrado, censura e práticas de leitura: usos do livro na América Latina*. Tese (Doutorado

em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo. 1999.

WADE, Gualter.
Parecer. Série Real Mesa Censória. Caixa 8, documento número 61 (Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Lisboa). 23 set. 1772.

WARD, Bernard.
Plano de uma obra pia, geralmente útil ao Reino de Portugal. Tradução João Rosado de Villalobos e Vasconcelos. Lisboa: Oficina Patriarcal de Francisco Luiz Ameno. 1782.

WENGER, Alexandre.
Médecine, littérature, histoire. *Dix-Huitième Siècle*, v.1, n.46, p.323-336. 2014.

